

SAÚDE

Brasil, um país de idosos

Envelhecimento populacional expõe desigualdades e é desafio para o Estado. Nova realidade exige redesenho do sistema de saúde

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O envelhecimento da população brasileira se mostra presente há mais de três décadas, mas apenas agora é possível perceber um crescimento significativo de idosos residentes. Em um país onde, há menos de 100 anos, a taxa de natalidade era de dez filhos por mulher e a expectativa de vida não chegava aos 45 anos, o Brasil experimenta aos poucos a inversão total da pirâmide etária.

Com quase 33 milhões de pessoas idosas no país, o envelhecimento da população se tornou um desafio para o Estado, que precisa investir em políticas públicas que visam o bem-estar e a saúde da pessoa idosa.

O Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que a população de pessoas de 60 anos ou mais é de 32.113.490 pessoas, o que representa um acréscimo de 56,0% em relação à pesquisa de 2010.

Dessa população total, 17.887.737 (55,7%) são mulheres e 14.225.753 (44,3%) são homens. Em 1980, o Brasil tinha apenas 6,1% da população com 60 anos ou mais de idade. Já em 2022, esse grupo etário representou 15,8% da população total, enquanto em 2010 o percentual da população idosa era de 10,8%.

Os dados ainda mostram que o grupo com o maior crescimento, em relação a 2010, foram as pessoas de 65 a 69, saltando de quase 5 milhões de pessoas para 8 milhões de pessoas, um aumento percentual de 63%. Já o grupo de maior proporção populacional são as pessoas de 60 a 65 anos, que representam 10 milhões de brasileiros em 2022.

De acordo com o IBGE, o envelhecimento da população é observado quando os grupos mais jovens passam a representar menores proporções da população total, relativamente aos grupos de adultos e pessoas idosas. Esse fenômeno tem como principal indutor a redução do número médio de filhos tidos por mulher, que no Brasil ocorreu de forma progressiva e rápida desde o final da década de 1960, e, em menor medida, devido à redução da mortalidade em todos os grupos etários, incluindo entre as pessoas idosas.

Com o envelhecimento, problemas de saúde começam a ficar cada vez mais presentes e, com uma população cada vez mais velha, as doenças da velhice começam a refletir no Sistema Único de Saúde (SUS) e na falta de políticas públicas voltadas para o bem-estar dos idosos.

De acordo com médica geriatra Karla Giacomini, líder da Frente Nacional de Fortalecimento às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS)



É fundamental implementar e fortalecer a Política Nacional de Cuidados, com especial atenção aos cuidados de longa duração, para atender às necessidades crescentes da população idosa*

Dra. Maria Fernanda Lima-Costa, pesquisadora e líder do ELSI-Brasil

para políticas públicas e envelhecimento, o Brasil ainda está muito atrás de outros países em relação a oferta de políticas públicas voltadas para pessoas idosas.

Políticas públicas

“O Brasil ainda precisa melhorar muito. Nós temos muito menos ofertas de instituições de longa permanência, ou programas de apoio às famílias e comunidades. Não temos centros de convivência ou de estimulação cognitiva suficientes. Tudo isso poderia estar sendo ofertado, mas ainda não está, exatamente pela dificuldade que a nossa sociedade tem de

reconhecer o envelhecimento como uma realidade”, argumenta Giacomini.

Segundo a médica Maria Fernanda Lima-Costa, pesquisadora e líder do Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (ELSI-Brasil), coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), melhorar a saúde e o bem-estar dos idosos no Brasil requer a implementação de ações integradas, que incluem o fortalecimento do sistema público de saúde, o incentivo à prevenção de doenças e agravos à saúde, a promoção da inclusão social e o combate ao isolamento e à solidão. “É fundamental implementar

e fortalecer a Política Nacional de Cuidados, com especial atenção aos cuidados de longa duração, para atender às necessidades crescentes da população idosa, promovendo suporte qualificado aos cuidadores e garantindo acesso a serviços integrados e humanizados”, diz Lima-Costa.

“Além disso, a mitigação das desigualdades em saúde entre idosos exige políticas públicas que atendam às necessidades dessa população de forma igualitária e eficiente, como o fortalecimento do SUS, a promoção da equidade regional, as políticas intersetoriais e de longo prazo e investimento em pesquisas na área”, completa a pesquisadora.

Preconceito etário

Além das dificuldades apontadas pelas especialistas, Karla Giacomini também ressalta um outro problema que o envelhecimento traz: o etarismo, ou idadismo. De acordo com a geriatra, as pessoas que são discriminadas por conta da idade têm uma expectativa de vida até oito anos menor do que uma pessoa que não sofreu preconceito. “No Brasil, a gente ou sa dizer que se você ainda não sofreu o preconceito de raça, gênero ou classe social, pode ficar tranquilo que você vai sentir o preconceito etário. E o acúmulo desses preconceitos durante a vida também adoece”, diz.

Segundo Lima-Costa, o preconceito e o etarismo exercem impactos profundos no processo de envelhecimento, que afetam tanto a saúde física quanto a mental dos idosos. A pesquisa aponta que a discriminação baseada na idade pode levar os idosos a internalizarem estereótipos negativos sobre o envelhecimento, como a ideia de que são inúteis, frágeis ou incapazes. Essa internalização pode reduzir a autoestima, gerar insegurança e desmotivar os idosos a buscarem novas experiências ou adotarem um estilo de vida ativo.

“Uma pessoa idosa que se sente discriminada pode se isolar, deixando de participar de atividades familiares, profissionais e sociais. Essa exclusão intensifica a sensação de solidão e pode desencadear problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão”, explica a líder do ELSI-Brasil.

Lima-Costa também aponta a subestimação dos problemas de saúde dos idosos como uma das barreiras que envolvem o etarismo. “Por exemplo, muitos profissionais de saúde podem encarar condições como quedas como algo ‘natural da idade’ e não oferecer a atenção clínica necessária. Essa negligência pode resultar em diagnósticos tardios, tratamentos inadequados e piora das condições de saúde”.

Além disso, outro impacto significativo do etarismo, segundo a pesquisadora, é a limitação da implementação de políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável. “Os parlamentares podem achar que não vale a pena investir na saúde, educação e lazer das pessoas idosas, perpetuando assim ciclos de exclusão e vulnerabilidade”, complementa.

*Estagiária sob a supervisão de Rafaela Gonçalves

Desigualdade escancarada na velhice

Além dos obstáculos na implementação de políticas públicas, o Brasil encara outro desafio no envelhecimento da população. De acordo com a médica Karla Giacomini, a desigualdade social e econômica é um grande influenciador do tipo de envelhecimento que as populações de diferentes classes sociais enfrentaram. “O Brasil é um país marcadamente desigual. Desigualdade racial, de gênero, econômica e social. Todas essas desigualdades chegarão na velhice e vão se concretizar em demandas de cuidados que não serão iguais para todos”, afirma.

Segundo ela, a chance de uma pessoa com menos de quatro anos de escolaridade precisar de cuidados é três vezes maior do que uma pessoa que tem o nível superior completo. Além disso, a chance de uma pessoa não branca precisar de cuidados é maior

do que entre as pessoas brancas, assim como as chances de uma mulher precisar de cuidados também é maior do que a de um homem.

“Essas desigualdades vão nos acompanhar ao longo da vida e vão repercutir, sem sombra de dúvida, em um adoecimento piorado ou crônico que precisa de mais recursos”, argumenta. “Por isso que, lutar por um SUS de qualidade para todo mundo é obrigação de todo o brasileiro, para que o envelhecimento seja justo e igual para todos”, acrescenta Giacomini.

Ademais, segundo a médica Maria Fernanda Lima-Costa, indivíduos com menor escolaridade e renda possuem menor letramento em saúde e tendem a adotar estilos de vida menos saudáveis, especialmente no que diz respeito à alimentação e à prática de atividade física. Essa realidade

está diretamente associada a uma maior probabilidade de desfechos negativos em saúde.

Um estudo recente com dados do ELSI-Brasil evidenciou disparidades em cinco indicadores de envelhecimento saudável — vestir-se, tomar medicamentos, administrar dinheiro, função cognitiva e força de preensão manual. A comparação foi feita entre o Brasil, um país de renda média-alta, e Inglaterra, um país de alta renda. Os resultados mostraram que, em geral, mulheres e homens idosos ingleses (60 anos ou mais) apresentam melhor saúde em comparação aos idosos brasileiros, reforçando o impacto das condições socioeconômicas na saúde das populações.

Entre os diversos problemas que a desigualdade econômica traz, a dificuldade no acesso à saúde é um dos maiores empecilhos, em especial na velhice.

Considerando que 75% desse grupo depende exclusivamente do sistema público de saúde, Lima-Costa aponta que a falta de acesso a cuidados de saúde adequados impacta de forma significativa no bem-estar dos idosos no Brasil, contribuindo para o agravamento de doenças crônicas não transmissíveis, a piora da qualidade de vida e o aumento da mortalidade.

Acesso à saúde

“Muitos idosos enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde regulares, como consultas médicas e tratamentos especializados, o que resulta no controle inadequado de condições como diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardíacas, levando a complicações graves e até a morte prematura. Além disso, dificuldades

financeiras representam um obstáculo importante para a aquisição de medicamentos essenciais e a realização de exames preventivos e diagnósticos”, avalia a líder do ELSI-Brasil.

Outro aspecto relevante é a desigualdade no acesso aos serviços de saúde em diferentes áreas de residência. Idosos que vivem em regiões periféricas ou rurais enfrentam maiores barreiras para acessar unidades de saúde, resultando em atrasos no diagnóstico e tratamento.

Um estudo conduzido pela ELSI-Brasil, entre 2015 e 2016, revelou que idosos com planos de saúde privados visitaram especialistas com maior frequência, enquanto aqueles que utilizavam a Estratégia Saúde da Família (ESF) e postos de saúde tradicionais apresentaram maior probabilidade de consultas com clínicos gerais. (MB)



O Brasil é um país marcadamente desigual. Desigualdade racial, de gênero, econômica e social. Todas essas desigualdades chegarão na velhice e vão se concretizar em demandas de cuidados que não serão iguais*

Dra. Karla Giacomini, médica geriatra e líder da ILPIs